

Lima Barreto e Olavo Bilac: diálogos em torno da “República que não foi ...”

MAGALI GOUVEIA ENGEL*

Pertencente às gerações de intelectuais latino-americanos que, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, constituía a “cidade letrada”, cujo papel fundamental foi o de traduzir a “cidade real” e construir a “cidade ideal”, nos termos propostos por Angel Rama (1985), Lima Barreto figurou entre os mais importantes escritores brasileiros do período. Partilhava com os segmentos que compunham essa intelectualidade da dilacerante angústia de se reconhecerem como *mestiços colonizados e inferiorizados* pelos referenciais científicos então em voga, ao mesmo tempo em que os refutavam e buscavam recriá-los e ressignificá-los, a partir das especificidades das suas sociedades. E de acordo com tal perspectiva formulou leituras acuradas e profundamente críticas da realidade brasileiras das primeiras décadas republicanas. Denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizavam a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos governos da Primeira República, Lima Barreto procurou fazer de sua literatura um instrumento de transformação social. Trata-se, pois, de um personagem especialmente instigante, cujas trajetórias intelectual e de vida têm sido alvos privilegiados de muitos estudos desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento.¹

Conforme sublinhou Nicolau Sevcenko em seu clássico *Literatura como missão* (1983), Lima Barreto escreveu sobre as mais diversas temáticas do seu tempo – através das quais pretendia “captar e compreender o real” – que, no conjunto, é atravessado pela questão do poder concebido “numa acepção bastante particular” (SEVCENKO, 1983:161 e 169). É, portanto, dentro dessa chave de leitura que se encontram as problemáticas relativas ao governo republicano, entre outras, na obra limiana.² Os objetivos do presente trabalho orientam-se, pois, no sentido de buscar apreender e compreender as especificidades das críticas de Lima Barreto à República instituída no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889, confrontando-as com aquelas que fundamentaram as desilusões de Olavo Bilac em relação ao

* UERJ, Doutora em História pela UNICAMP. Agências financiadoras: CNPq e FAPERJ

¹ Entre os quais é possível destacar a biografia clássica de Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, publicada pela primeira, em 1952, pela Livraria José Olympio Editora, que utilizo aqui como a principal obra de referência na construção do perfil biográfico do escritor.

² Veja-se também nesse sentido o livro de Denilson Botelho (2001).

novo regime. Para tanto, analisou a produção cronística, onde ambos os autores privilegiaram a referida temática, buscando identificar e compreender as convergências e, sobretudo, as diferenças entre os argumentos que nortearam suas percepções em relação à ordem republicana instaurada no país. Como cronista, o poeta também abordou vários temas, desde os que diziam respeito ao cotidiano da cidade do Rio em seus diversos aspectos, incluindo as políticas públicas de urbanização até os grandes temas da política nacional e internacional (DIMAS, 1996:15-17). No universo plural constituído por suas crônicas destaca-se, entre outras, a problemática da experiência republicana na percepção daquele que atuou no movimento republicano dos anos 1880.

Embora não tenha integrado a geração cronológica daqueles que apostaram na derrubada da monarquia como o meio através do qual o país encontraria o caminho do *progresso* e da *civilização*, Lima Barreto³ partilhou com a maioria deles da profunda frustração diante da constatação de que o advento do novo regime não representou a vitória das *luzes* que alçaria os detentores do *saber* à posição de direção do processo de (re) construção da nação. A inviabilidade de realizar o sonho da *República dos Sábios*, colocada de imediato pelos rumos políticos do país, após a queda da monarquia, levou grande parte dos intelectuais brasileiros desiludidos a fazer coro com Lopes Trovão quando este afirmou categoricamente: “Essa não é a república dos meus sonhos”.

Numa crônica publicada em 15 de novembro de 1903 na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, Olavo Bilac,⁴ referia-se ao “descontentamento geral” em relação ao regime implantado no país há quatorze anos. Na Câmara dos Deputados, no Senado, nos jornais

³ Afonso Henriques de Lima Barreto era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Barreto, ambos mestiços. Completados os primeiros estudos no Liceu de Niterói, Lima Barreto foi para o Colégio Pedro II. Em 1897, ingressou na Escola Politécnica de Engenharia, na qual, em 1902, iniciou a sua colaboração no periódico dos estudantes, *A Lanterna*. Após o enlouquecimento do pai e a quinta reprovação no curso de Mecânica, Lima Barreto abandonou a Escola de Engenharia, ingressando no funcionalismo público. Um dos mais importantes escritores brasileiros, pretendeu fazer de sua literatura um instrumento de transformação social, denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizava a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos.

⁴ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) era filho do médico Brás Martins dos Guimarães Bilac e de Delfina Bilac. cursou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Direito de São Paulo, mas não se formou em nenhuma delas. Como a maior parte dos literatos da época ganhava a subsistência através da atuação na imprensa e do ingresso no funcionalismo público. Participou ativamente dos movimentos republicano e abolicionista na década de 1880. Envolveu-se na campanha contra o governo de Floriano Peixoto (segundo presidente republicano, 1891-1894), tendo sido obrigado a fugir do Rio. Desempenhou papel fundamental nas campanhas contra o analfabetismo no Brasil. Autor de várias obras – poesias, contos, crônicas, livros de leitura, etc. – foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e um dos intelectuais de maior projeção literária e política das primeiras décadas republicanas.

políticos, nos botequins, enfim, “por toda a parte encontrareis esta frase magoada, soando como uma campanada de *réquiem*: ‘Não era esta a república que eu sonhava!’”. Sentimento do qual o próprio poeta parecia partilhar quando, enaltecendo a “ardente profissão de fé republicana”, expressa nos discursos e nas ações de João Pinheiro – então presidente do Estado de Minas Gerais –, afirmou que o regime republicano então vigente no país, “de republicano só tem o nome” (“O Anticristo”, *Correio Paulistano*, 22 de setembro de 1907). A frustração e a revolta provocadas pelo alijamento daqueles que lutaram pela causa republicana da direção do processo de implementação e consolidação da nova ordem, são claramente expressas no comentário feito por Bilac, referindo-se aos quinze anos vividos pela República:

“A Vida é assim: nós todos vivemos a edificar e a mobiliar casas para os outros; quando as casas ficam prontas, entregamos as chaves a inquilinos que não concorreram com um só tijolo para a edificação, e vamos morar nessa infinita casa do Nada ...” (*Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1905).

A percepção das profundas continuidades entre os antigos e os novos governos, presente em muitos dos seus escritos, revela as desilusões de Bilac com o regime republicano, ainda que muitas vezes de modo velado. Numa crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 20 de maio de 1900, por exemplo, narra a história do relógio da Catedral que parara de funcionar logo após a queda da monarquia e que dez anos e meio depois voltava a funcionar. “Dedicado à Monarquia”, o maquinismo do relógio emperrara quando “o trono ruiu ...”, mantendo-se “parado, no seu feroz embezzamento”, diante das mudanças e transformações que então se seguiram. Mas, ao tomar conhecimento de que o arcebispo reiniciaria o culto na Catedral, espantou-se: “‘Como? Pois a glorificação do Senhor, naquela santa casa da crença dos Braganças, não era incompatível com a República ...?!’” Cada vez mais surpreso ficou o relógio ao ver entrar pela Catedral adentro homens fardados – “... então, toda aquela gente de guerra era católica?” Espanto maior foi o de constatar a presença na cerimônia católica dos “representantes do Presidente da República, e, no meio dele, quem o diria?, o general Cunha, o representante de um Bragança ...!”. Diante de tudo isso, “vendo que não lucrava mais nada com o seu embezzamento, o embezzado desapertou as molas, e começou a trabalhar ...”.

A descrença em relação a mudanças mais profundas na vida política brasileira, a partir do advento da República, aparece também formulada claramente nas palavras do Conselheiro

Aires, narrador do romance *Esaú e Jacó* de Machado de Assis,⁵ publicado originalmente em 1904: “Nada se mudaria; o regimen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (1975:93).⁶ Mesmo não estando impregnado pelo ceticismo expresso na famosa frase do personagem machadiano, Bilac parece concordar com o Conselheiro quando afirmou em uma de suas crônicas publicadas na revista *Kosmos*, em julho de 1906, que ao longo dos anos republicanos, “dos abusos velhos nasciam abusos novos”, pois “se o regime havia mudado, não havia mudado a essência da política”.

Pertencendo a uma geração cronológica bem mais jovem do que as de Machado de Assis e de Bilac, Lima Barreto tinha sete anos quando a República foi proclamada. Na crônica intitulada “O momento”, publicada no *Correio da Noite*, no dia 3 de março de 1915, o escritor afirmava ter sido sempre “contra a república”, pois viu “que a tal de república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabina em funeral”. Vinte anos depois acreditava que não se enganara, pois o novo regime acabou se caracterizando como a “mais brutal plutocracia”, onde eram privilegiados os “capitalistas internacionais”, os “agentes de negócios” e os “charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha” e onde não havia lugar para “o imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens”. Mas a crítica de Lima

⁵Filho do pintor de paredes mulato Francisco de Assis e da lavadeira açoriana, Maria Leopoldina Machado de Assis, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), nasceu numa casa humilde no Morro do Livramento na cidade do Rio. cursou as primeiras letras numa escola pública e aprendeu francês e latim com o padre Silveira Sarmento. Sua ampla cultura literária foi conquistada por iniciativa própria, através do contato com diversos escritores europeus. Tendo trabalhado como tipógrafo aprendiz na Imprensa Nacional, revisor e caixeiro na tipografia e livraria de Paula Brito, ingressou, em 1867, na carreira burocrática como funcionário do *Diário Oficial* até 1873 e, a partir de então, da Secretaria da Agricultura. O emprego, como para grande parte dos literatos de sua época, garantiu-lhe a sobrevivência, permitindo-lhe dedicar-se à vida literária. Em 1855 publicou seus primeiros versos (“Ela”) no jornal *A Marmota* e em fins da mesma década começou a colaborar intensamente em diversos jornais e revistas. Apesar de suas incursões na poesia (*Ocidentais*, 1881) e nas comédias teatrais, a consagração foi alcançada através de seus contos – por exemplo, *Contos Fluminenses* (1870) e *Histórias da Meia-Noite* (1873) *Histórias sem data* (1884), *Casa Velha* (1885) – e, romances, tais como, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881); *Quincas Borba* (1892); *Dom Casmurro* (1900); *Esaú e Jacó* (1904) e, *Memorial de Aires* (1908). Ao longo de toda a sua trajetória, Machado de Assis foi um cronista bastante ativo. Colaborador regular na imprensa da época – *Ilustração Brasileira*, *O Cruzeiro* e, sobretudo na *Gazeta de Notícias* –, seus textos geniais são consideradas exemplares da crônica moderna e fontes extremamente ricas para a história do cotidiano da cidade do Rio na virada do século XIX para o XX. O prestígio que gozava pode ser atestado pelo fato de ter sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (1896) e seu primeiro presidente (1897).

⁶ Uma análise brilhante do romance e, especialmente, dos possíveis sentidos da referida frase foi desenvolvida por Margarida de Souza Neves no artigo intitulado “O bordado de um tempo (A História na estória de **Esaú e Jacó**)” (1985).

Barreto aos governos republicanos iria ainda mais longe ao afirmar que “... nunca houve anos no Brasil em que os pardos, os malditos do seu Haeckel,⁷ fossem mais postos à margem”.

Ao fazer tal afirmação, o escritor parece compartilhar da popularidade que a monarquia desfrutava junto aos segmentos negros da cidade do Rio (CARVALHO, 1987; CHALHOUB, 1988). Sidney Chalhoub procura compreender as razões que fundamentaram tal popularidade, identificando a constituição do que chamou de “cidade negra”, ao longo da história da cidade no século XIX, como um espaço da luta de escravos e libertos. Concluindo sua análise o autor o autor constata que: “[...] o medo branco da cidade negra parece ter aumentado com o fim da escravidão e da monarquia. O imperador talvez tenha sido bem sucedido em seus esforços de vender a imagem de defensor da causa da liberdade dos negros” (CHALHOUB, 1988:104). Enquanto, por outro lado, “[...] os primeiros governos republicanos só souberam exibir truculência e intolerância em relação à cidade negra, deixando entre muitos populares aquela convicção profunda – captada por João do Rio – de que os ‘novos’ tempos não eram necessariamente tempos melhores” (CHALHOUB, 1988:104).⁸ Convicção expressa também por Lima Barreto não apenas em muitas de suas crônicas, mas também vários de seus escritos ficcionais. Neste sentido, não há como deixar de mencionar uma passagem do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, na qual o protagonista explica ao seu jovem e atento amigo Augusto Machado, porque, em sua opinião, os moços haviam feito mal em “destronar os antigos”:

- [...] Apesar de tudo, nós nos entendíamos afinal. Vínhamos sofrendo juntos, às vezes até nos amamos – entenderíamos-nos por fim. Estes de agora ...
- Nada impede que nos entendamos afinal com estes, também!
- Qual! São estrangeiros, novos no país, ferragistas e agiotas enriquecidos, gente nova ... Vocês estão separados deles por quase quatrocentos anos de história, que eles não conhecem nem a sentem nas suas células – o que, para eles, é de lastimar, pois esses anos passados dão força e direitos a vocês, que os devem reivindicar. Em breve vocês terão de empregar a força para eles respeitarem vocês. Esses quatrocentos anos ... Resumindo – continuou Gonzaga –, vocês

⁷ Biólogo, naturalista, médico, artista e filósofo alemão, Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834 -1919) produziu uma vasta obra que teve grande repercussão nos meios científicos das primeiras décadas do século XX. Lima Barreto refere-se, na passagem citada, às polêmicas ideias de Haeckel sobre as doze espécies humanas hierarquizadas entre superiores e inferiores, cabendo aos europeus o patamar mais avançado da escala de valor que criou. Adepto do darwinismo social de Herbert Spencer, defendeu posições ultranacionalistas, xenófobas e antissemitas.

⁸ Conforme observou José Murilo de Carvalho (1987) e Sidney Chalhoub (1988), João do Rio, um dos cronistas mais importantes da capital republicana nas primeiras décadas do século XX, referiu-se à popularidade de D. Pedro II e do regime monárquico em vários de seus textos. Para uma reflexão sobre as ambiguidades do próprio escritor diante da dicotomia *tradição/monarquia e modernidade/república* (ENGEL, 2004).

arranjaram novos dominadores, com os quais vocês não se poderão entender nunca; e expulsaram os antigos com os quais, certamente, se viriam a entender um dia. Erraram, e profundamente (LIMA BARRETO, 1997:95-96).

Percebe-se, na passagem citada, a profunda desilusão e o pessimismo do filósofo Gonzaga em relação ao advento dos novos tempos republicanos marcados pela ascensão dos novos grupos políticos representantes, sobretudo, da oligarquia cafeeicultora paulista, tempos marcados pelo arrivismo, pela corrupção, pela arbitrariedade de um poder que, na concepção de Lima Barreto não tinha legitimidade alguma. É possível observarmos, ainda, que o protagonista do romance parece entender, que ao longo da história do país, as lutas entre *dominantes* e *dominados*, teria resultado em conquistas importantes dos segundos, que conferiam uma crescente legitimidade às suas reivindicações fortalecendo sua capacidade de conquista-las. Com a mudança do grupo no poder era como se os *dominados* teriam voltado à estaca zero anulando toda a história de suas lutas e conquistas diante dos antigos dominadores.

Por fim, vale lembrar que Augusto Machado, o narrador-personagem do romance sobre a biografia Gonzaga de Sá, é um jovem mulato, amanuense da Secretaria de Guerra. Conforme ressaltou Ponte, Augusto torna-se bastante cético em relação à decisão de Gonzaga de Sá de educar o seu afilhado Aleixo, mulato de origem humilde, que havia se tornado órfão, transformando-o num “homem engajado em causas sociais importantes”, apto a

“[...] enfrentar todos os preconceitos raciais e sociais extremamente arraigados na sociedade brasileira do começo do século XX. Nesse momento, o narrador sente uma identificação com Aleixo, devido à semelhança racial. Em vários outros momentos da narrativa, Augusto Machado sente o peso do preconceito racial sobre as suas próprias costas [...] (PONTES, 2009, p. 69).

Dito isso, é possível compreendermos que a extrema marginalização vivenciada pelos “pardos, os malditos do seu Haeckel” a partir de advento da República no Brasil, cujos níveis eram muito superiores aos que teriam marcado os períodos anteriores da história do país, não se referia apenas ao âmbito racial, mas se estendia também a uma dimensão social. Nesse sentido, vale destacar a crônica “15 de Novembro”, publicada na revista *Careta* de 26 de novembro de 1921, onde, indiferente às comemorações do aniversário do regime, o escritor revelava sua tristeza ao ler a notícia da morte da princesa Isabel. Deparando-se com referências à miséria em que se encontrava a maioria da população do antigo Império Austríaco que o fazem lembrar “do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens

pitorescas desta cidade”, bem como dos gastos fabulosos da prefeitura na “reconstrução da Avenida Beira-Mar, recentemente esbarrachada pelo mar”, decide realizar um breve balanço dos trinta e dois anos da República, perguntando-se: “Não será ... que a República é o régimen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral?”.

As posições assumidas por Lima Barreto em relação à monarquia e à república levaram muitos dos intérpretes de sua obra a considera-lo um monarquista ressentido com as discriminações que vivera no período republicano. Entretanto, é preciso considerarmos que segundo o que afirmou o próprio escritor na crônica “O momento”, publicada no *Correio da Noite*, no dia 3 de março de 1915, “sem ser monarquista, não amo a república”.⁹ Em uma outra crônica, publicada seis anos mais tarde, faz críticas contundentes às experiências históricas dos regimes monárquico e republicano no Brasil.¹⁰

A rede consensual da corrupção seria para Lima Barreto uma outra característica da república brasileira, marcada estruturalmente pela proliferação da “indústria política”, pautada na “ambição de dinheiro”. Enquanto no Império a política tinha “alguma grandeza e beleza”, já que era feita por homens que, possuindo “elevação moral” e, às vezes, até “desinteresse”, eram movidos pela ambição “de glória e de nome”, na república, “todos os ‘arrivistas’ se fizeram políticos para enriquecer”. Assim,

“Proclamada que foi a república, ali no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma” (“A política republicana”, *A.B.C.*, 19 de outubro de 1918).

Parece, portanto, que para o escritor o projeto republicano vitorioso em 15 de novembro de 1889, não apenas por ter sido implementado através de um golpe militar, mas pelo seu conteúdo e pelos interesses que representava trazia em si mesmo os germes da corrupção. Não havia lugar para a contestação ou para a liberdade “de pensamento ou de espírito”, pois as vozes potencialmente críticas ou eram aprisionadas nas malhas da cooptação/corrupção ou caladas pela repressão.

Há na postura de rejeição assumida pelo escritor, aspectos bem distintos daqueles que marcam a decepção de Bilac em relação à República instituída no Brasil. Lima Barreto parecia sonhar com um Brasil onde o poder não fosse monopólio dos detentores da riqueza,

⁹ LIMA BARRETO. “O momento”, *Correio da Noite*, 3/3/1915 (LIMA BARRETO, 2004:174, T. I).

¹⁰ Idem. “O Império de Petrópolis”, *Careta*, 22/1/1921 (LIMA BARRETO, 2004:309-310, T. II).

não houvesse a submissão aos interesses do capital estrangeiro, cujos caminhos fossem iluminados pelas luzes do verdadeiro saber. E, sobretudo, onde as relações sociais fossem menos desiguais e estivessem fundadas na solidariedade entre os seres humanos e, portanto, não houvesse qualquer tipo de marginalização ou discriminação.

Bem distintos parecem ser os móveis da desilusão de Bilac, para quem se a república havia envelhecido “antes da puberdade” e “à míngua de nutrição” não alcançara um desenvolvimento condizente com “os seus quatorze anos de vida”, a culpa era dos que “ainda estão governando” e dos que “já governaram”; dos que “ainda estão ou estiveram no parlamento, no ministério e na imprensa, encarregados da missão de zelar pela saúde física e moral da república que viram nascer” e que se revelaram “tutores sem escrúpulo, amas-de-leite sem leite, amas-secas sem carinho, educadores sem preparo, mentores sem prudência!” (*Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1903). Assim, tratava-se de um problema que dizia respeito exclusiva ou prioritariamente ao caráter, à consciência e à competência daqueles que exerciam o poder e que, portanto, eram os responsáveis pelos rumos do regime republicano no país. A solução estaria na proliferação de políticos como João Pinheiro, cujo programa de governo era na avaliação de Bilac, como vimos, uma verdadeira “profissão de fé republicana” (“O Anticristo”, *Correio Paulistano*, 22 de setembro de 1907).

Através desses exemplos é possível observar que se a frustração foi quase consensual, o mesmo não se pode dizer acerca dos projetos de República derrotados definitiva ou momentaneamente com o golpe militar que instituiu o novo regime.¹¹ Havia profundas divergências acerca da nação que se aspirava construir. E mesmo quando os objetivos eram comuns ou próximos, os caminhos para atingi-los muitas vezes eram objeto de controvérsias. Se as críticas às posturas e ações dos poderes públicos das primeiras décadas republicanas eram comuns no campo intelectual brasileiro, o conteúdo e a forma dos questionamentos não revelavam os mesmos significados políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALLONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: Vários. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1968.

¹¹ Veja-se, por exemplo, a diversidade de projetos abolicionistas e republicanos identificados por Ângela Allonso (2002).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC/DEd, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 83-105, mar./ago. 1988.
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: Crônicas*. São Paulo:IOPESP/EDUSP, 2006, 2 volumes.
- _____. "Introdução". In: BILAC, Olavo. *Vossa insolência*. Crônicas. São Paulo:Cia das Letras, 1996, pp. 9-22.
- ENGEL, Magali G. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio, *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 17, pp. 53-78, jul-dez. 2004.
- LIMA BARRETO. *Toda a crônica*. Rio de Janeiro:Agir, 2004, T. I e T. II.
- _____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo:Ática, 1997.
- ENGEL, Magali G. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio, *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 17, pp. 53-78, jul-dez. 2004.
- MACHADO DE ASSIS. *Esaú e Jacó*. São Paulo:Ática, 1975.
- NEVES, Margarida de Souza. "O bordado de um tempo (A História na estória de **Esaú e Jacó**)". *Revista Tempo brasileiro – Literatura e História*, Rio de Janeiro, n. 81, p. 32-42, abr.-jun. 1985.
- PONTES, Deysiane Farias. *A tradição intelectual do romance **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**, de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo:Brasiliense, 1983.